Demonstrações Contábeis Regulatórias

Serra Negra Transmissão de Energia S.A.

31 de dezembro de 2023
com Relatório do Auditor Independente

Serra Negra Transmissão de Energia S.A.

Demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2023

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias 1

Demonstrações contábeis regulatórias auditadas

Balanço patrimonial 4
Demonstração do resultado 5
Demonstração do resultado abrangente 6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido 7
Demonstração do fluxo de caixa 8
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias 9

São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1909
Vila Nova Conceição, São Paulo - SP, 04543-011

Tel: +55 11 2573 3000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos Administradores e Acionistas da
Serra NegraTransmissão de Energia S.A
São Paulo – SP

Examinamos as demonstrações contábeis da Serra Negra Transmissão de Energia S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela diretoria com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da Resolução Normativa n° 933, de 18 de maio de 2021.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 3 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Companhia a cumprir determinação da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim.

Building a better working world

Ênfase - Empreendimento em fase de construção

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve que a Companhia encontra-se em fase de construção. A conclusão total das obras de construção do empreendimento da Companhia, e o consequente início integral das operações, por sua vez, dependem da capacidade da Companhia em continuar cumprindo o cronograma de obras previsto, bem como da obtenção dos recursos financeiros necessários, seja dos seus acionistas, ou de terceiros. Nossa opinião não está modificada em relação a esse tema.

Outros assuntos

A Serra Negra Transmissão de Energia S.A. elaborou um conjunto de demonstrações contábeis separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente, com data de 3 de maio de 2024, com opinião sem modificação, mas com inclusão de ênfases sobre empreendimentos em fase de construção e reservas de lucros excedentes.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com o MCSE e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 10 de maio de 2024.

Ernst & Young
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP-034519/O

Francisco F. A. Noronha Andrade
Contador CRC PE-026317/O

Serra Negra Transmissão de Energia S.A.

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	13	10
Prêmio de seguro	5	28	28
Total do ativo circulante		**41**	**38**
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Adiantamento a funcionários		5	-
Prêmio de seguro	5	62	93
		67	**93**
Imobilizado	6	1.468	-
		1.468	**-**
Total do ativo não circulante		**1.535**	**93**
Total do ativo		**1.576**	**131**
Circulante			
Fornecedores		22	-
Imposto de renda e contribuição social		13	-
Dividendos a pagar		2	-
Total do passivo circulante		**37**	**-**
Patrimônio líquido			
Capital social (*)	7a	-	-
Reservas de lucros	7b	230	-
Prejuízos acumulados	7c	(385)	(9)
		(155)	**(9)**
Adiantamento para futuro aumento de capital	7d	1.694	140
Total do patrimônio líquido		**1.539**	**131**
Total do passivo e patrimônio líquido		**1.576**	**131**

(*) O capital social subscrito e integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é de R$ 400,00 (quatrocentos reais).

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Serra Negra Transmissão de Energia S.A.

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Despesas Gerais e administrativas			
Serviços de terceiros		(140)	-
Seguros		-	(9)
Tributos		(2)	-
Prejuízo antes do resultado financeiro	**8**	**(142)**	**(9)**
Despesas financeiras		(2)	-
		(2)	
Resultado da atividade		(144)	(9)
Prejuízo do exercício		**(144)**	**(9)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Serra Negra Transmissão de Energia S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Prejuízo do exercício	(144)	(9)
Total do resultado abrangente do exercício	**(144)**	**(9)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Serra Negra Transmissão de Energia S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	Capital social subscrito	Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Prejuízos acumulados (**)	Subtotal	Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	Total
Constituição e integralização do capital social (*)	-		-	-	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-		-	-	-	140	140
Prejuízo do exercício	-		-	(9)	(9)	-	(9)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**-**		**-**	**(9)**	**(9)**	**140**	**131**
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-	-	1.554	1.554
Prejuízo do exercício	-	-	-	(144)	(144)	-	(144)
Constituição de reserva legal do lucro societário	-	12	-	(12)	-	-	
Dividendo mínimos obrigatórios do lucro societário	-	-	-	(2)	(2)	-	(2)
Constituição das reservas de retenção de lucro societário	-	-	218	(218)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**-**	**12**	**218**	**(385)**	**(155)**	**1.694**	**1.539**

(*) O capital social subscrito e integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é de R$ 400,00 (quatrocentos reais).

(**) Apesar da posição patrimonial apresentar prejuízos acumulados, a operação da Companhia não é deficitária. Este prejuízo é decorrente do fato que para fins societários o reconhecimento da receita ocorre desde o início da construção do empreendimento e para fins regulatórios, tal reconhecimento ocorre conforme emissão das faturas da receita de transmissão.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Serra Negra Transmissão de Energia S.A.

Demonstração do fluxo de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	31/12/2022	31/12/2022
Atividades operacionais		
Prejuízo antes dos impostos de renda e contribuição social	(144)	(9)
Ajustes para conciliar ao lucro antes dos impostos ao caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais		
Outros ajustes	-	-
(Aumento) diminuição nos ativos operacionais		
Adiantamento a funcionários	(5)	-
Prêmio de seguro	31	(121)
Aumento (diminuição) nos passivos operacionais		
Fornecedores	22	-
Tributos e contribuições sociais	13	-
Fluxo de caixa aplicado nas atividades operacionais	**(83)**	**(130)**
Atividades de investimento		
Aquisição de ativo imobilizado	(1.468)	-
Fluxo de caixa consumido pelas atividades de investimento	**(1.468)**	-
Atividades de financiamento		
Aumento de capital	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	1.554	140
Fluxo de caixa gerado pelas atividades de financiamento	**1.554**	**140**
Variação do saldo de caixa e equivalentes de caixa	**3**	**10**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	10	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	13	10

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

1. Contexto operacional

1.1. Objeto social

A Serra Negra Transmissão de Energia S.A. (“Companhia” ou “Serra Negra”), foi constituída em 14 de março de 2022 e é uma sociedade anônima de capital fechado, com o propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essas atividades são regulamentadas pela ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica.

A Companhia está desenvolvendo as atividades preliminares para o início da implantação, com prazo contratual com a ANEEL para entrada em operação comercial em dezembro de 2026, mas com previsão de antecipação ao prazo contratual com a ANEEL.

A Companhia tem a sua sede na Avenida Engenheiro Luis Carlos Berrini, no 105 - 12o andar, na Cidade do São Paulo, Estado de São Paulo e é controlada pela Sterlite Brazil Participações S.A. (“Controladora” ou “Grupo Sterlite”), cujas acionistas são: Sterlite Power Grid Ventures Limited (“SPGVL”) e Sterlite Power Grid 5 Limited (“Grid 5”) ambas sediadas na Índia.

A Companhia está em fase de construção com entrada em operação prevista para dezembro de 2026. Após a entrada em operação comercial, a Companhia terá direito a receita prevista no contrato de concessão de aproxidamente R$ 24.000, conforme detalhado mais abaixo na Nota 1.3. O orçamento remanescente previsto para a conclusão do referido projeto é R$ 247.000, sendo o montante de R$ 184.000 a ser incorrido nos próximos 12 meses e o montante remanescente nos exercícios subsequentes até a finalização das obras. Deste montante, a Companhia estima o aporte de capital de R$ 62.000 pela sua controladora e a parcela remanescente será obtida por meio de contratos de financiamento de longo prazo, o qual estão em fase de negociação.

1.2. Da Concessão

Em 24 de maio de 2022, o Grupo Sterlite sagrou-se vencedor do Lote 05 do Leilão de Transmissão da ANEEL nº 01/2022 realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica. O contrato de concessão nº 10/2022 foi assinado em 30 de setembro de 2022, e apresenta vigência de 30 anos a partir da data de assinatura com o Poder Concedente e será atualizado pelo IPCA.

O projeto da Companhia consiste nas instalações de transmissão de energia localizadas nos estados de Sergipe e da Bahia, tais como:

1. Contexto operacional--Continuação

1.2. Da Concessão--Continuação

(I) Linha de transmissão Olindina - Itabaianinha, em 230 kV, circuito simples, C1, com extensão aproximada de 73,4 km, com origem na Subestação Olindina término na Subestação Itabaianinha;

(II) Subestação Nossa Senhora da Gloria II 230/69 kV, 2 x 150 MVA;

(III) Seccionamento na linha de transmissão 230 kV, circuito duplo, Paulo Afonso III – Itabaiana C2, com extensão aproximada de 20 km para entrada da Subestação Nossa Senhora da Glória; e

(IV) Unidades de transformação, conexões de unidades de transformação, entradas de linha, interligações de barramentos, barramentos, Instalações Vinculadas e demais Instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

1.3. Receita Anual Permitida - RAP

O contrato de concessão assegura Receita Anual Permitida - RAP no montante de R$22.000, (R$24.135 ajustado pelo IPCA ciclo 2023-2024) a partir da entrada em operação das linhas de transmissão, a RAP tem por finalidade remunerar os investimentos na infraestrutura da concessão bem como os serviços de operação e manutenção da linha de transmissão.

A ANEEL promoverá a revisão da RAP em intervalos periódicos de 5 anos, contado do primeiro mês de julho subsequente à data de assinatura do contrato de concessão.

Transmissão em Construção – Características Físicas

Linhas de Transmissão e Subestação	Arranjo	Tensão	Compri-mento	Capacidade Transfor-mação	Previsão de Início da Operação Comercial	Vencimento da Outorga
		kV	km	MVA		
Outorgadas: Serra Negra Transmissão de Energia S.A. Contrato de Concessão nº 10/2022 de 30/09/2022						
LT 230 kV Itabaianinha-Olindina C1	CS	230	73,4	NA	31/12/2026	30/09/2051
SE N S da Gloria 230/69 kV	BD4	230/69	NA	300	31/12/2026	30/09/2051
Total			73,4	300		

1. Contexto operacional--Continuação

1.3. Receita Anual Permitida – RAP--Continuação

Transmissão em Construção – Características Financeiras

Linhas de Transmissão e Subestação	Propriedade	Receita Anual Permitida – RAP (Ciclo 2023/2024)					
		Base	Proporcional	Data de Referência do Ciclo	Ano de Degrau	Mês Reajuste	Índice de Correção
	%	R$mil	R$mil	dd/mm/aaaa	aaaa	mmm	
Outorgadas: Serra Negra Transmissão de Energia S.A. Contrato de Concessão nº 10/2022 de 30/09/2022							
LT 230 kV Itabaianinha-Olindina C1	100%	7.152	7.153	14/12/2023		julho	IPCA
SE N S da Gloria 230/69 kV	100%	16.984	16.984	14/12/2023		julho	IPCA
Total		24.135	24.135				

Transmissão– Evolução Física e Investimentos

Linhas de Transmissão e Subestação	Evolução Física		Investimento Realizado	
	até 31/12/2022	até 31/12/2023	até 31/12/2022	até 31/12/2023
	%	%	R$	R$
Outorgadas: Serra Negra Transmissão de Energia S.A. Contrato de Concessão nº 10/2022 de 30/09/2022				
LT 230 kV Itabaianinha-Olindina C1	0%	5,50%	-	R$ 880.287
SE N S da Gloria 230/69 kV	0%	5,50%	-	R$ 586.858
			-	R$ 1.467.144

1. Contexto operacional--Continuação

1.4. Encargos regulamentares

Conforme instituído pelo art.13 da lei 9.427/96, concessionárias, permissionárias e autorizadas, devem recolher diretamente a ANEEL a taxa anual de fiscalização, que é equivalente a 0,4% do valor do benefício anual auferido em função das atividades desenvolvidas.

A Companhia aplicará anualmente em pesquisa e desenvolvimento, o montante de, no mínimo, 1% da Receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria.

2. Apresentação das demonstrações contábeis regulatórias

2.1. Bases de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo órgão regulador e conforme as políticas estabelecidas na declaração de práticas contábeis.

Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa e apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciada de algumas normas contábeis societárias e regulatórias. Estas diferenças são explicadas na nota explicativa nº 9, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

As demonstrações contábeis regulatórias foram aprovadas pela administração em 10 de maio de 2024.

2. Apresentação das demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

2.2. Continuidade operacional

Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo, e assim dar continuidade a seus negócios no futuro.

Adicionalmente, a administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

2.3. Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis regulatórias são mensurados pela moeda funcional da Companhia que é o Real, moeda do principal ambiente econômico no qual atua.

2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações contábeis regulatórias requer que a administração faça julgamentos utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos e em opinião de assessores jurídicos, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas.

Esses julgamentos, estimativas e premissas são revistos ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas.

2.5. Classificação circulante e não circulante

Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado do circulante quando: se espera realizá-lo ou se pretende vende-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se for caixa ou equivalentes de caixa.

Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para deferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses. Os demais ativos e passivos são classificados como não circulante.

3. Resumo das principais políticas contábeis regulatórias

As políticas contábeis regulatórias utilizadas, são as mesmas adotadas nas demonstrações financeiras societárias, as quais foram elaboras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comite de Pronunciamentos Contábeis – CPC. Após o início da construção da infraestrutura, haverá diferentes de práticas contábeis relacionadas ao ativo imobilizado, intangível e reconhecimento da receita, conforme apresentado a seguir:

3.1. Ativo imobilizado e intangível

Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação/amortização é calculada pelo método linear, tornando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas na Resolução vigente emitida pela ANEEL.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação ou amortização regulatória e o prazo de vigência da concessão. O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas regulatórias.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado e/ou intangível é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

A Companhia mantém os ativos imobilizados e intangíveis segregados em “Em Serviço” e “Em Curso”. Os itens apresentados no grupo Em serviço correspondem a imobilizados e intangíveis já unitizados e em operação. Os saldos apresentados no grupo “Em curso” correspondem a projetos em desenvolvimento, compras em andamento, sobressalentes não alocados a ativos em funcionamento, e outras aquisições que ainda estão sob análise da Administração para que sejam unitizados, e assim, reclassificados para o grupo em serviços e tenham depreciação iniciada.

3.2. Reconhecimento da receita.

A receita operacional do curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A Receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2023	31/12/2022
Bancos	13	10
	13	**10**

5. Prêmio de seguro

	31/12/2023	31/12/2022
Prêmio de seguros	90	121
	90	**121**
Circulante	28	28
Não circulante	62	93

A Companhia possui um contrato de seguro garantindo a indenização, até o valor fixado na apólice, pelos prejuízos decorrentes do inadimplemento das obrigações assumidas pela Companhia no contrato principal, oriundo do Edital do Leilão nº 001/2022-ANEEL, bem como multas e indenizações devidas à administração Pública. As garantias de indenizações, na modalidade de construção, fornecimento ou prestação de serviços, é de até a importância segurada no montante de R$10.512, com vigência de 5 de setembro de 2022 até 31 de março de 2027 junto à Austral.

	31/12/2023	
	Prêmio	**Término da vigência**
Perfomance Bond	121	31/03/2027

6. Imobilizado

a) Composição do ativo imobilizado

Imobilizado	Taxa média de depreciação (% a.a)	Valor Bruto em 2022	Adições (baixa) (A)	Adições Líquidas (A)+(B)+(C)	Depreciação Acumulada 2023	Valor Líquido 2023
Ativo Imobilizado em curso						
Transmissão						
A ratear		-	1.468	1.468	-	1.468
		-	**1.468**	**1.468**	**-**	**1.468**
Total do Ativo Imobilizado		**-**	**1.468**	**1.468**	**-**	**1.468**

b) Composição das adições do exercício, por tipo de gastos capitalizado, é como segue:

	Serviços de terceiros	Total
Adições ao ativo imobilizado e intangível		
A Ratear	1.468	1.468
Total das Adições	**1.468**	**1.468**

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienações seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

7. Patrimônio líquido

a) Capital social

A Companhia foi constituída em 14 de março de 2022, com capital social autorizado de R$ 400,00 (quatrocentos reais), divididas em 400 (quatrocentas) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, emitidas por R$1,00 (um real) cada uma.

O capital social subscrito e integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é de R$ 400,00 (quatrocentos reais) dividido em 400 (quatrocentas) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, integralizado em moeda corrente nacional, no montante de R$ 400,00 (quatrocentos reais).

	Número de ações em reais			
Acionistas	Ordinárias	%	Total	%
Sterlite Brazil Participações S.A	400	100	400	100
	400	100	400	100

b) Reserva de lucros

	2023	2022
Reserva legal (i)	12	-
Reserva de lucros a realizar(ii)	218	-

(i) Reserva legal limitada em 5% do lucro líquido societário do exercício, limitada a 20% do capital social antes da destinação.

(ii) O lucro apresentado no exercício foi integralmente destinado a reserva de lucros a realizar após a reserva legal, de acordo com os incisos I e II do parágrafo 1º do artigo 197 da Lei 6.404/76. Com base na Lei nº 6.404/76 a reserva de lucros a realizar deve ser apenas utilizada para absorver prejuízos e pagar dividendos.

c) Prejuízos acumulados

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo anterior	(9)	-
Resultado do exercício	(144)	(9)
Reserva legal	(12)	-
Reserva de lucros a realizar	(218)	-
Dividendos mínimos obrigatórios do lucro societário	(2)	-
Saldo atual	**(385)**	**(9)**

7. **Patrimônio líquido**--Continuação

d) Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC

A Companhia recebeu da sua única acionista Sterlite Brazil Participações S.A., valores destinados a serem utilizados como futuro aporte de capital sem que haja a possibilidade de sua devolução, cujo saldo em 31 de dezembro de 2023 é de R$1.694 (R$140 em 31 de dezembro de 2022).

8. Custos gerenciáveis

	31/12/2023	31/12/2022
Serviços de terceiros	(140)	-
Seguros	-	(9)
Tributos	(2)	-
Total	**(142)**	**(9)**

9. Conciliação do balanço patrimonial e demonstração do resultado regulatório e societário

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, ela seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE). Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas nas demonstrações financeiras societárias com as apresentadas nas demonstrações contábeis regulatórias.

9. Conciliação do balanço patrimonial e demonstração do resultado regulatório e societário--Continuação

a) Balanço patrimonial

Balanço patrimonial	31/12/2023			31/12/2022		
	Regulatório	**Ajustes**	**Societário**	**Regulatório**	**Ajustes**	**Societário**
Ativo						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	13	-	13	10	-	10
Prêmio de seguro	28	-	28	28	-	28
Total do ativo circulante	**41**	**-**	**41**	**38**	**-**	**38**
Não circulante						
Realizável a longo prazo						
Ativos de concessão	-	2.260	2.260	-	-	-
Adiantamento a funcionários	5	-	5	-	-	-
Prêmio de seguro	62	-	62	92	-	92
	67	**2.260**	**2.327**	**92**	**-**	**92**
Imobilizado	1.468	(1.468)	-	-	-	-
	1.468	**(1.468)**	**-**	**-**	**-**	**-**
Total do ativo não circulante	**1.535**	**792**	**2.327**	**92**	**-**	**92**
Total do ativo	**1.576**	**792**	**2.368**	**131**	**-**	**131**
Circulante						
Fornecedores	22	-	22	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social	13	-	13	-	-	-
Dividendos a pagar	2	-	2	-	-	-
Total do passivo circulante	**37**	**-**	**37**	**-**	**-**	**-**
Não circulante						
PIS e COFINS diferidos	-	209	209	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	198	198	-	-	-
	-	**407**	**407**	**-**	**-**	**-**
Patrimônio líquido						
Capital social (*)	-		-	-	-	-
Reservas de lucros	230		230	-	-	-
Prejuízos acumulados	(385)	385	-	(9)	-	(9)
	(155)	**385**	**230**	**(9)**	**-**	**(9)**
Adiantamento para futuro aumento de capital	1.694	-	1.694	140	-	140
Total do patrimônio líquido	**1.539**	**385**	**1.924**	**131**	**-**	**131**
Total do passivo e patrimônio líquido	**1.576**	**792**	**2.368**	**131**	**-**	**131**

9. Conciliação do balanço patrimonial e demonstração do resultado regulatório societário--Continuação

b) Demonstração do resultado

Demonstração do resultado	31/12/2023			31/12/2022		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Operações em continuidade						
Receita operacional	-	2.260	2.260	-	-	-
	-	**2.260**	**2.260**	**-**	**-**	**-**
Tributos						
PIS	-	(38)	(38)	-	-	-
COFINS	-	(172)	(172)	-	-	-
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	-	-	-	-	-	-
	-	**(210)**	**(210)**	**-**	**-**	**-**
Despesas Gerais e administrativas						
Operação e manutenção	-	(1.467)	(1.467)	-	-	-
Serviços de terceiros	(14)	-	(140)	-	-	-
Seguros	-	-	-	(9)	-	(9)
Tributos	(2)	-	(2)	-	-	-
Lucro / (Prejuízo) antes do resultado financeiro	**(142)**	**583**	**441**	**(9)**	**-**	**(9)**
Despesas financeiras	(2)	-	(2)	-	-	-
	(2)	**-**	**(2)**	**-**	**-**	**-**
Resultado da atividade	**(144)**	**583**	**439**	**(9)**	**-**	**(9)**
Tributos diferidos	-	(198)	(198)	-	-	-
Prejuízo do exercício	**(144)**	**385**	**241**	**(9)**	**-**	**(9)**

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória, sendo as práticas contábeis regulatórias apresentadas na nota 3.

9.1. Contratos de concessão

O concessionário deve registrar e mensurar, para fins de elaboração de suas demonstrações financeiras societárias, a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão.

9. Conciliação do balanço patrimonial e demonstração do resultado regulatório e societário. - Continuação

9.1. Contratos de concessão--Continuação

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão.

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos à concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão.

Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

O ativo de concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão e a serviços de operação e manutenção.

a) Ativo de concessão - contratual

O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção.

9. Conciliação do balanço patrimonial e demonstração do resultado regulatório e societário--Continuação

9.1. Contratos de concessão--Continuação

a) Ativo de concessão - contratual--Continuação

O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos.

As diferenças identificadas entre o Ativo de contrato e o Ativo Imobilizado Regulatório, ocorrem em função da aplicação do CPC 47 na contabilidade societária. Essas normas orientam os concessionários sobre a forma de contabilização de concessões de serviços públicos a entidades privadas e define os princípios gerais de reconhecimento e mensuração das obrigações e direitos relacionados aos contratos de concessão de serviços.

9.2. Imobilizado/Intangível

Considerando que para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão são registrados como ativo imobilizado/intangível, todos os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais reconhecidos sobre as diferenças temporárias oriundas da aplicação desta informação.

Com a adoção do CPC 47nas demonstrações financeiras societárias, o ativo imobilizado/intangível da Companhia foi reconhecido como ativo de contrato. Para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, ou seja, como ativo imobilizado/intangível, sendo depreciado em conformidade com o referido manual.

9. Conciliação do balanço patrimonial e demonstração do resultado regulatório e societário--Continuação

9.3. Imposto de renda e contribuição social diferidos (CPC 32)

Os ajustes de imposto de renda e contribuição social diferidos representam os efeitos tributários sobre os ajustes reconhecidos com as adoções dos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo CPC, principalmente o ICPC01(R1) e CPC47.

9.4. PIS COFINS diferidos

O diferimento do PIS e da COFINS é relativo às receitas de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo da concessão apuradas sobre o ativo financeiro e registrado conforme competência contábil. O recolhimento ocorre à medida do efetivo recebimento, conforme previsto na Lei 12.973/14.

9.5. Receita

Para fins regulatórios, foram ajustados os valores reconhecidos no exercício referente às receitas de operação e manutenção, receita de construção e indenização e remuneração do ativo de contrato, decorrentes da aplicação do CPC 47. A receita para fins regulatórios é registrada na rubrica de receita de disponibilização do sistema de transmissão, eliminando assim os efeitos do CPC 47.

9.6. Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo do fim do exercício – societário	**1.924**	**131**
Efeitos dos ajustes entre contabilidade societária e regulatória		
Ativo de concessão - societário	(2.260)	-
Adiantamentos a fornecedores - societário	-	-
Imobilizado e intangível – regulatório	1.468	-
Impostos diferidos	407	-
Saldo no fim do exercício – regulatório	**1.539**	**131**

9. Demonstração do resultado Conciliação do balanço patrimonial e demonstração do resultado regulatório societário--Continuação

9.7. Conciliação do lucro líquido societário e prejuízo regulatório

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido (prejuízo) do exercício societário	**241**	**(9)**
Efeitos dos ajustes entre a contabilidade societária versus regulatória		
Receita	(2.260)	-
PIS / COFINS	210	-
Custo de implementação	1.467	-
Tributos diferidos	198	-
Prejuízo do exercício regulatório	**(144)**	**(9)**

10. Eventos subsequentes

Conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada em 16 de abril de 2024, a acionista e controladora - Sterlite Brazil Participações S.A. aumentou o capital social da Companhia, no montante de R$ 1.695, mediante a subscrição particular de 1.694.787 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalmente integralizadas à vista, por meio da conversão do saldo de adiantamento para futuro aumento de capital.